



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

II Conferência Distrital de Defesa da Pessoa com Deficiência

**“INCLUSÃO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO:
UM NOVO JEITO DE AVANÇAR”**

Relatório-Síntese

Brasília -DF

Relatório- II Conferência Distrital de Defesa Pessoa com Deficiência.

(x) Conferência Distrital

Em virtude dos tramites que são necessários para a realização das pré-conferências o pleno deste conselho e a Comissão Organizadora optou por não realizar as plenárias regionais.

Tema: INCLUSÃO, PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UM NOVO JEITO DE AVANÇAR”

Data do evento: 07 e 08 de julho de 2006

Local: Centro de Convenções Ulisses Guimarães, sito à SDC Eixo Monumental Oeste.

Brasília – DF

Participantes da II Conferência Distrital de Defesa da Pessoa com Deficiência.

Participantes do evento	480
Entidades/ Associações	46
Órgãos públicos	27
Universidade e faculdades	13

Responsável pelo preenchimento deste relatório:

Nome completo: Karla Mendes Batista

Função designada no evento: Membro da Comissão de Organização

E-mail: karlaaliar@gmail.com

Telefones (com DDD): 3905-1255

Número de delegados: total: 14

Representantes governamentais: 07

Representantes da sociedade civil: 07

Comissão Organizadora:

Maria de Fátima Amaral – Associação dos Deficientes de Brasília - **ADB/DF** - Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Gláucia Gomes de Oliveira Aguiar – Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais - **AMPARE/DF**;

Messias Ramos Costa - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos do Distrito Federal – **FENEIS-DF**

Giselda Benedita Jordão de Carvalho-Secretaria de Estado de Educação/DF;

Fernando Marcos de Melo Cotta-Coordenadoria de Inclusão da Pessoa Com Deficiência – **CORDE/DF**

Raul Francisco Madureira de Lima - Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Cidadania

Karla Mendes Batista – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência/
CODDEDEDF

Sonia Maria da Silva - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência/
CODDEDEDF

Fabiana Raquel dos Santos Cruz-Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência/
CODDEDE/DF

Adriana Lourenço das Candeias – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência/
CODDEDE/DF

Wendey de Souza Rezes - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Com Deficiência/
CODDEDE/DF

Relatório

A II Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa com deficiência realizou-se nos dias 07 e 08 de julho de 2008 no Centro de Convenções Ulisses Guimarães sito no Eixo Monumental Oeste.

O tema central, proposto pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE Inclusão: Participação e desenvolvimento – um novo jeito de avançar com os seguintes eixos temáticos: Saúde e Reabilitação profissional, Educação e trabalho e Acessibilidade.

A Conferência teve como objetivo discutir, analisar e avaliar os avanços e os obstáculos na implementação das ações de políticas, como também, propor diretrizes que garantem às pessoas com deficiência no exercício pleno de sua cidadania.

Na composição da mesa de abertura do evento, contou com a participação do Governador do Distrito Federal, Secretário de Justiça Direitos Humanos e Cidadania CONADE, Presidenta do CODDEDE-DF Coordenadoria Nacional da CORDE, o Coordenador da CORDE – DF e representante da Sociedade Civil.

Um dos momentos importantes da Conferência se deu quando o Governador abriu espaço para a sociedade civil questioná-lo prevalecendo a democracia.

Com objetivo de garantir a efetiva participação de todos os conferencistas, foram organizados cinco grupos de trabalhos que apresentaram propostas com os temas: - Acessibilidade arquitetônica e urbanística;

- Acessibilidade tecnológica
- Saúde
- Educação
- Trabalho

A comissão organizadora avalia que o evento superou as expectativas em relação ao número de pessoas e a participação efetiva nos debates e na elaboração de propostas, evidenciando historicamente o compromisso de todos na implementação da política pública em defesa da pessoa com deficiência.

Os Cinco tópicos abordados, na II Conferência Distrital de Defesa da Pessoa com Deficiência são:

1º) SAÚDE

2º) EDUCAÇÃO

3º) ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA

4º) ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

5º) ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

II CONFERÊNCIA DISTRITAL DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

GRUPO: 01 TEMA: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

Acessibilidade no Transporte

GRUPO: 01 TEMA: Metrô

<i>DIFICULDADES</i>	<i>PROPOSTAS</i>
Ausência de painel eletrônico e placas no metrô/ intérpretes de libras	Processo educativo – panfletos, publicidade, equipe integrada às deficiências.
Ausência de sinalização tátil e áudio	Assentos em direção a porta do metrô.
Assentos em direção a porta de entrada e saída	Painel eletrônico e placas internas e externas (para pessoas com deficiência auditiva – surdo). Sinalização tátil e áudio (para pessoas com deficiência visual e auditiva surdo). Guia para acompanhar deficiente visual e cego

GRUPO: 01 TEMA: Ônibus

<i>DIFICULDADES</i>	<i>PROPOSTAS</i>
Fraude/uso indevido do passe livre.	Ergonomia no ônibus. Retirar obstáculos (divisor de fluxo), de acordo com o desenho universal.
Elevadores com difícil acesso para pessoas com deficiência.	Sinalização (mapas com trajeto do ônibus / Braille/ sonoro).
Maus tratos por parte dos motoristas/cobradores, e usuários de	Capacitação dos profissionais p/ atendimento

<p>transporte coletivo em geral.</p>	<p>adequado à pessoa com deficiência.</p> <p>Ampliação da frota com adequação à pessoas com deficiência. (ônibus com piso baixo).</p> <p>Fiscalizar e se necessário lacrar ônibus que não atendem as exigências de acessibilidade</p> <p>Sistema de travamento para cadeiras de rodas.</p> <p>Campanha de conscientização da utilização correta no uso do passe livre.</p> <p>Sistema sonoro interno e externo do transporte público em todo o percurso</p> <p>Sistema de sinalização luminosa e sonora para abertura e fechamento das portas no transporte coletivo</p> <p>Definir e divulgar o itinerário dos ônibus adaptados, inclusive em caracteres em Braille e ampliado</p> <p>Divulgação em áudio interna e externa nos terminais rodoviários e paradas de ônibus</p> <p>Bloqueio do passe livre só poderá ser feito mediante a identificação da fraude</p>
--------------------------------------	--

GRUPO: 01 TEMA: Acessibilidade arquitetônica

<i>DIFICULDADES</i>	<i>PROPOSTAS</i>
<p>Ausência de banheiros adaptados em locais públicos e privados</p>	<p>Fiscalização e rigor na liberação do alvará de funcionamento, em relação as condições de acessibilidade, como, Retomar o selo de acessibilidade</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Construção de banheiros públicos acessíveis em shoppings , hotéis, restaurantes, casas noturnas, cinemas,

	<p>teatro etc</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. identificação em braille das portas de banheiros públicos 3. Alterar o código de edificações quanto às dimensões mínimas para 80 cm. das portas 4. Adequação de bares e restaurantes. 5. Convênio entre as universidades e a comissão permanente de acessibilidade para a liberação de estagiários para as administrações como reforço. 6. Treinamento da equipe de aprovação de projetos e de fiscalização.
--	---

GRUPO: 01 TEMA: Acessibilidade urbanística

<i>DIFICULDADES</i>	<i>PROPOSTAS</i>
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de integração entre os órgãos competentes e de políticas de transporte e falta de acessibilidade em projetos e obras. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de um plano de mobilidade e acessibilidade urbana: <ul style="list-style-type: none"> • acessibilidade • sistema viário, circulação viária e de pedestres • transporte coletivo, metroviário e comercial de passageiros. • transporte cicloviário. • transporte de cargas. • transporte lacustre e aéreo.

GRUPO: 02 TEMA: Acessibilidade Tecnológica

<i>DIFICULDADES</i>	<i>PROPOSTAS</i>
Falta de entendimento da linguagem oral dos profissionais, por parte dos deficientes auditivos, visuais e intelectuais nas atividades escolares e culturais.	Adoção de um sistema tecnológico com legendas em tempo real de reconhecimento de voz e descrição de imagens, além do sistema de libras em todas as instituições educacionais públicas e privadas, em todos os níveis.
Falta de material Pedagógico /Tecnológico nas salas de recursos da SEE, específico para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.	Equipar as salas de recursos com materiais específicos e essenciais ao atendimento dos alunos com deficiência (DV, DF, DMV, CT, DA) com computadores, CD-ROM e SOFTWARES inclusive em libras
Atendimento precário nos órgãos públicos e nas iniciativas privadas quanto à compreensão das demandas dos deficientes em geral.	Capacitação dos órgãos públicos e empregados das instituições privadas para melhor atender à pessoa com deficiência.
Alegação por parte das empresas do alto custo para a implantação dos programas específicos para as pessoas com deficiência	Garantia por parte do governo federal, estadual, distrital e municipal de incentivos fiscais para implantação e implementação de programas de acessibilidade tecnológica específicos para as pessoas com deficiência
Falta de sistema de informação tecnológica nos órgãos públicos e privados que facilitem o seu atendimento.	Adequar os sistemas Tecnológicos de controles áudio visuais tais como: senha bancaria, em hospitais que permita aos deficientes localizações a chamada.
Ausência de leis que contemplem a acessibilidade por meio de áudio e descrição na TV Digital, onde o livro digital e universal é seria acessível para todos. O Ministério das Comunicações, porém não apoiou a sua aprovação e regulamentação.	Sugestão de um projeto de lei que garanta a implantação do livro digital e da audioteca para pessoas com deficiência auditiva-surda e deficiente visual

<p>Custo elevado dos programas de computadores (SOFTWARE) para pessoa com deficiência visual, dificultando as empresas na contratação de pessoas de contratarem os mesmos.</p>	<p>Incentivo Federal para as Empresas adquirirem condições aos programas (SOFTWARE) para pessoa com deficiência visual.</p>
<p>Falta de atendimento especializado visando à saúde auditiva de crianças, adultos e idosos: diagnósticos, com o uso de prótese de alta tecnologia e (implante coclear) e com assistência técnica e manutenção.</p>	<p>Formação das pessoas com necessidade especiais para uso de tecnologias assistivas.</p>
<p>Falta de atendimento especializado visando à saúde auditiva de crianças, adultos e idosos: diagnósticos, com o uso de prótese de alta tecnologia e (implante coclear) e com assistência técnica e manutenção.</p>	<p>Formação das pessoas com necessidade especiais para uso de tecnologias assistivas.</p>
<p>Falta de capacitação e habilitação de profissionais para as novas tecnologias.</p>	<p>Implementar acessibilidade nos centros de inclusão digital, adequando-os para o atendimento as pessoas com deficiência.</p>
<p>Falta de recursos financeiros das famílias em manter e adquirir celulares que atendam as necessidades dos portadores de deficiência visual e auditiva.</p>	<p>Subsídio do governo federal para aquisição de celulares com tecnologia adaptada para deficientes auditivos-surdos e deficientes visuais com tarifas de custo social.</p>
<p>Recursos e investimentos específicos destinados ao financiamento e manutenção de pesquisas e incentivo à produção de tecnologias para portadores de deficiência.</p>	<p>Garantir na proposta orçamentária do GDF recursos financeiros no âmbito de suas secretarias de forma a efetivação do uso das mais avançadas tecnologias.</p>
<p>Desinformação da sociedade civil e governamental sobre os direitos, legislação e recursos tecnológicos disponíveis.</p>	<p>Disponibilização em locais públicos e privados de recursos tecnológicos, adaptados e acessíveis para pessoas com necessidades especiais (escolas, cyber café, telecentros, bibliotecas públicas etc.).</p>
<p>Dificuldade de comunicação das pessoas</p>	<p>Capacitação de profissionais públicos e privados no</p>

com deficiências em geral.	sentido de atender as diversas necessidades e especificidades de cada deficiência.
----------------------------	--

GRUPO 03 TEMA: Saúde

<i>DIFICULDADES</i>	<i>PROPOSTAS</i>
Dificuldade de atendimento para pessoas autistas.	Inclusão dos autistas como clientela no atendimento dos CAPSi ; Criação de um centro de referência para o atendimento dos autistas desde o diagnóstico até a idade adulta com equipe multidisciplinar; Ampliação do número de CAPSi para o atendimento descentralizado em municípios e no Distrito Federal e Regiões Administrativas
Atendimento a deficientes na rede pública de saúde.	Contratação e capacitação de profissionais que atuem na área de reabilitação (terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, professor de educação física e assistentes sociais), para a criação de serviços de reabilitação que garantam a continuidade do tratamento quando da alta em hospital terciário; Fiscalização do cumprimento da legislação que determina prioridade do atendimento das pessoas com deficiência e com transtorno mental. Campanha de sensibilização com palestras e distribuição de material informativo para todos os

	<p>profissionais e servidores da área de saúde sobre as principais especificidades dos diferentes tipos de deficiência: auditiva, visual, física, mental, múltipla, etc.</p>
<p>Criar na rede de saúde programa ambulatorial descentralizado para crianças com deficiência.</p>	
<p>Não há referência e contra-referência no Programa de Hanseníase</p>	<p>Ampliação do programa de hanseníase do hospital Dia com referencia e contra referencia em programas preventivos dos agravos da doença</p>
<p>Necessidade de profissionais especializados para atendimento de pessoas com deficiências e idosos das instituições do terceiro setor. Falta de medicamentos na rede que supram as necessidades dessas instituições.</p>	
<p>Crianças que passam da hora de nascer por falta de atendimento adequado.</p>	<p>Promover sensibilização e conscientização nos hospitais, sobretudo para os inúmeros casos de crianças que passam da hora de nascer por falta de atendimento adequado.</p>
<p>Falta de convênios.</p>	<p>Ampliação de celebração de convênio entre a secretaria de saúde e as organizações do terceiro setor que atendem as pessoas com deficiência</p>

Condições precárias na área de neuro-psico-motor em portadores de micro e hidrocefalia, paralisia cerebral e má formação congênita.	Ampliação de atendimento em estimulação precoce nos hospitais públicos na reabilitação neuro-psico-motor em portadores de micro e hidrocefalia, paralisia cerebral e má formação congênita.
Dificuldade de atendimento odontológico para deficientes.	Ampliação do número de vagas, odontológica para o deficiente
	Melhorar a comunicação do deficiente auditivo – surdo Exigir o cumprimento de lei que garante intérpretes de LIBRAS para auxiliar os médicos no diagnóstico das doenças durante todo o atendimento.
Falta de informação sobre educação sexual e material adaptado para pessoas com deficiência visual e auditiva	Disponibilizar orientação sexual para pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência, garantindo intérprete de LIBRAS e material informativo em braile.
Formação deficitária de profissionais da saúde.	Nos cursos de formação acadêmica dos profissionais de saúde deve ser acrescentada ao currículo a preparação no atendimento a pessoa com deficiência.

Dificuldade de acessibilidade arquitetônica	Garantir acessibilidade arquitetônica em todos os ambientes dos postos e hospitais de saúde. Disponibilizar placas informativas em LIBRAS e em caracteres ampliados e em braile nos postos e hospitais de saúde
Facilitar o acesso para pessoas com deficiência física. Uso de muletas, cadeira de rodas e andador.	Promover adaptação de mobiliário hospitalar e ambulatorial para pessoas com deficientes.
Garantir o acesso prioritário da pessoa com deficiência e idoso em casos de emergência.	Ampliação do número de centros de saúde funcionando 24 horas.
Dificuldade na implementação orçamentária dos programas destinados aos deficientes	Exigir a prioridade para os programas de saúde relacionados às pessoas com deficiência no cumprimento da execução orçamentária federal.

GRUPO 04 TEMA: Educação

DIFICULDADE	PROPOSTA
<p>Elevado número de alunos em classes comuns em que estão incluídos os alunos com necessidades educacionais especiais</p>	<p>Redução do número de alunos em turmas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.</p> <p>Indicação de professor auxiliar nas turmas de inclusão de alunos com Transtorno Global do Desenvolvimento e com múltiplas deficiências</p> <p>Análise da curva de crescimento populacional para planejamento de construção de escolas</p>
<p>Despreparo do corpo docente e equipe técnica e de apoio da instituição educacional para atender os alunos com necessidades educacionais especiais</p>	<p>Capacitação de toda a comunidade escolar para atender os alunos com necessidades educacionais especiais.</p> <p>Obrigatoriedade de disciplinas sobre Educação Inclusiva e Educação Especial nos Cursos de Ensino Superior.</p> <p>Falta de recursos humanos nas áreas de habilitação e reabilitação psicomotora</p>
<p>Falta de recursos humanos nas áreas de habilitação e reabilitação psicomotora</p>	<p>Oferta obrigatória de atendimento especializado na área em parceria com a saúde</p>
<p>Falta de integração entre as Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social</p> <p>Alunos sem diagnóstico;</p> <p>Necessidade de acessibilidade à exames,</p>	<p>Integração total entre as Secretarias de saúde, educação e assistência social</p> <p>Priorizar nos postos de saúde o atendimento para diagnóstico e acompanhamento clínico dos alunos especiais.</p>

<p>consultas e etc..</p> <p>Falta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional • Fonoaudiólogo, na equipe multidisciplinar <p>Psicólogo</p>	<p>Inclusão de Psicólogo e Fonoaudiólogo na equipe Multidisciplinar dos Centros Especializados</p>
<p>. Falta de apoio às Escolas Rurais e Professores de Jovens e Adultos.</p> <p>Difícil acesso as Escolas Rurais.</p>	<p>Garantir apoio integral e global ao aluno da Zona Rural e continuidade de estudos e atendimento educacional especializado próximo a residência do aluno</p> <p>Oferecer transporte aos profissionais de educação nas áreas de difícil acesso.</p>
<p>Recurso Financeiro para sala de recursos</p>	<p>Designar recurso próprio para sala de recursos</p>
<p>Demanda das escolas é maior que a oferta de monitor na Educação Especial</p>	<p>Ampliação de sistema de monitoria em atendimento à Escola de Educação Especial e nas escolas comuns</p> <p>- Garantir espaço físico adequado para as salas de recursos, equipe apoio e psicopedagógico.</p>
<p>Falta de recursos técnicos para apoiar o processo ensino - aprendizagem</p> <p>Dificuldade ao acesso na participação de alunos especiais nas atividades físicas</p>	<p>Acesso à tecnologia na sala de aula para alunos com deficiência</p> <p>- Tecnologia Assistivas.</p> <p>- Adaptação de cadeiras esportivas</p>
<p>Adaptação física das escolas</p>	<p>Planejamento para construção das escolas (bebedouros, banheiros, etc.)</p> <p>- Colocação de rampas nas escolas de dois pavimentos</p> <p>- Reforma das escolas antigas com data limite até</p>

	2010.
<p>Ausência de contratação de professores surdos</p> <p>Dificuldade de comunicação entre os alunos surdos e demais membros da comunidade escolar</p> <p>Ausência de intérprete de Libras no ensino superior</p>	<p>Professores Surdos para alfabetização de surdos aprendizes</p> <p>Concurso específico em Libras para contratação de professores surdos.</p> <p>Capacitação da comunidade escolar em libras</p> <p>Ensino de Libras nas escolas como matéria obrigatória, parte curricular.</p> <p>Só ministrarão essas aulas professores surdos ou professores ouvintes com conhecimento de libras na comunidade escolar</p> <p>Obrigatoriedade de concurso para intérprete educacional no ensino público</p> <p>Obrigatoriedade de intérprete na Educação Básica e Ensino Superior</p>
<p>Centralização do atendimento especializado para alunos cegos</p>	<p>Descentralização do atendimento educacional especializado aos alunos cegos e garantir os recursos técnicos e didáticos necessários com computadores e programas específicos para cegos</p> <p>Livros e material didático em áudio para alunos e professores cegos</p>

DELEGAÇÃO REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

1-Nome: **Giselda Benedita Jordão**

Orgão: Secretaria de Educação do Distrito Federal

Conselho: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CPF: **636.483.938-04**

2-Nome: **Marcia Maria Braga Rocha Muniz**

Orgão: Secretaria Governo

CPF: 314.842.981-87

3-Nome: **Cesar Pessoa de Melo**

Orgão: Subsecretaria de Cidadania/ SEJUS

CPF: **449.389.346-04**

4-Nome: **Sonia Regina Varela**

Orgão: Secretaria de Estado Saúde

Conselho: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CPF: **017.034.038-43**

5-Nome: **Carmen Soares Martins Jancoski**

Orgão: Administração do Cruzeiro

CPF: **096.921.421-91**

6-Nome: **Fernando Marcos de Melo Cotta**

Orgão: Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência -CORDE/DF

CPF: **462.074.901-00**

DELEGAÇÃO REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

7- Nome: **Antonio Gomes Leitão**

Entidade/Associação: Associação Brasileira de Deficientes Visuais-**ABDV/DF**

Conselho: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CPF: **379.699.431-87**

8-Nome: **Silvia Mattos Duarte**

Entidade/Associação: Associação dos Amigos dos Autistas- **AMA/DF**

Conselho: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CPF: **344.083.801-30**

9-Nome: **Lucimar Malaquias**

Entidade/Associação: Comissão Jovem Gente como a Gente- **CJGCG/DF**

CPF: **114.295.771-34**

10-Nome: **Alexandra Ferreira Gonçalves**

Entidade/Associação: Movimento Orgulho Autista - **MOA**

CPF: **658.499.491-00**

11-Nome: **Riane Natalia Soares Vasconcelos**

Entidade/Associação: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes de Taguatinga e Ceilândia -**APAED**

Conselho: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CPF: **579.913.831-72**

12-Nome: **Odail Bernardes Leite**

Entidade/Associação: Centro Educacional da Audição e Linguagem LudovicoPavoni-**CEAL/DF**

CPF:**636.483.938-04**

DELEGAÇÃO REPRESENTANTES DO CODDEDE/DF

13-Nome: **Maria de Fatima Amaral**

Orgão: Associação dos Deficientes de Brasília- **ADB/DF**

Conselho: Presidente Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CPF: **477.074.374-20**

14-Nome:**Franklin Marcio Costa Viana**

Orgão: Secretaria de Estado de Planejamento

Conselho: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

CPF: **781.625.723-68**

Após a eleição, foram feitos os agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste evento, dando-se como encerrado a II Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Maria de Fátima Amaral
Presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Comissão Organizadora da
II Conferência Distrital dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Agradecimentos:

Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais - **AMPARE/DF**;

Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - **ABDV/DF**;

Associação dos Deficientes de Brasília - **ADB/DF**;

Conselho de Defesa dos Direitos do Negro **CDDN/DF**;

Coordenadoria de Inclusão da Pessoa Com Deficiência – **CORDE/DF**